



## **CARTA ABERTA E MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E DAS POLÍTICAS DE INDUÇÃO AO TEMPO INTEGRAL**

À Presidenta do Brasil Sra. Dilma Rousseff  
Ao Ministro da Educação Professor Renato Janine Ribeiro

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância em gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade” (O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932).

Passados Oitenta e três anos da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova a defesa explícita ao reconhecimento da educação como problema urgente e de responsabilidade do Estado continua sendo uma preocupação que nos atinge. Ela ainda é maior quando falamos do propósito de uma reconstrução educacional voltada ao desenvolvimento integral do indivíduo tendo como base uma educação que atenda a todas as dimensões, características, necessidades e possibilidades do ser humano. Presente na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano de Desenvolvimento da Educação e no Plano Nacional de Educação em sua Meta 6, a Educação Integral torna-se efetivamente um direito de todos os cidadãos/as brasileiros/as.

Para que se torne uma realidade nos Estados e Municípios é de suma importância destacar o papel do Programa Mais Educação como ação indutora da Política de Educação Integral na tentativa de equalização de oportunidades educacionais. O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083/2010 como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Ainda em 2007 foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, por meio do Decreto nº 6.094/2007, cujo objetivo é produzir um conjunto de medidas específicas que visem à melhoria da qualidade da educação básica em cada território.

Este compromisso significa a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das Famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Sabendo que os Entes Federados não são capazes de impactar ainda mais seus orçamentos o PNE em sua Política de financiamento prevê o regime de colaboração e a complementação de recursos financeiros pela união. Diante do exposto o Comitê Territorial de Educação Integral do Estado do Espírito Santo, reunido em 15 de setembro de 2015, em Vitória capital do Estado do Espírito Santo, manifesta sua indignação frente aos atrasos nos repasses das verbas que contribuem para a realização da Educação Integral (PDDE Integral, PDDE Sustentável, Programa Mais

Cultura nas Escolas, Atleta na Escola, Esporte da Escola) causando descontinuidade das ações e programas nos Estados e Municípios.

Nos causa estranheza e inquietação essa desarticulação no momento em que o país enfrenta o grande desafio da implantação e implementação da Política de Educação Integral baseada no Plano Nacional de Educação – PNE em sua meta 6 e na discussão da Base Nacional Comum Curricular. Considerando as condições bastante limitadas das estruturas em que se encontram as escolas e em muitos casos com ausência de espaços primordiais como refeitórios, quadras de esportes, bibliotecas, laboratórios, banheiros e vestiários, entre tantas outras deficiências, a ausência de recursos torna-se barreira para o debate sobre a educação integral em tempo integral.

Por isso solicitamos que seja retomado IMEDIATAMENTE o fortalecimento do Programa Mais Educação e seus desdobramentos enquanto política indutora de Educação Integral em Tempo Integral com o repasse das verbas aos Estados e Municípios, o retorno da disponibilidade de assessoria técnica por região, novos investimentos nos programas interministeriais como Atleta na Escola, Esporte na Escola, Mais Cultura nas escolas e a ampliação de espaços de debates com a realocação da Educação Integral como política prioritária do MEC.

Reivindicamos, de modo incisivo, que o debate curricular relativo aos macrocampos de esporte e lazer, cultura e artes, tecnologia digital, direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, alimentação e saúde e tantos outros que fazem parte da concepção da Educação Integral e integradora desenvolvido ao longo da existência do Programa Mais Educação, cerca de oito anos, seja considerado e incorporado ao debate da Base Nacional Comum Curricular.

Compreendemos como fundamental tais ações para o fortalecimento da concepção de Educação Integral no intuito de alcançarmos uma educação de qualidade para todos como é de direito:

“Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, ‘escola comum ou única’, que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais.” (O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932)

Por fim, conclamamos o apoio e a sensibilização do Ministério da Educação – MEC e da Presidente da República, restabelecendo aos Municípios e ao Estado do Espírito Santo, o repasse dos recursos provenientes do Programa Mais Educação, de outro lado, reivindicamos que os Comitês Territoriais existentes sejam ouvidos diretamente na discussão da Base Nacional Comum Curricular em reunião de âmbito nacional com o Ministério da Educação para o regate das experiências curriculares desenvolvidas ao longo da política de indução deste Ministério, porque acreditamos que “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. (Nelson Mandela).

Vitória, 15 de setembro de 2015.

Lígia Lobo Azevedo - Coordenadora  
COMITÊ TERRITORIAL EDUCAÇÃO INTEGRAL DO ESTADO ESPÍRITO SANTO